

Edital de 1ª e 2ª Praça Eletrônica do Imóvel e para intimação do Executado: **Danilo Batista Ferreira, CPF: 008.958.438-46**, acerca das praças eletrônicas designadas, expedido nos autos do **Cumprimento de Sentença**, proposta pela Exequente: **Ruchdi Abdul Latif Bou Abbas, CPF: 357.310.878-49. Processo nº 0024115-24.2018.8.26.0562.**

O Dr. Frederico dos Santos Messias, MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP, com fulcro no artigo 879 e seguintes do CPC. **Faz saber** que por meio do *website*: www.alienajud.com.br, sistema do gestor judicial ALIENAJUD - Alienações Eletrônicas de Ativos Ltda., levará a praça para venda e arrematação o bem abaixo descrito, sendo que a **1ª (primeira) Praça terá início dia 12 (doze) de agosto de 2019 às 14:30 horas e término no dia 15 (quinze) de agosto de 2019, às 14:30 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, desde que igual ou acima da avaliação. Caso não haja licitantes em primeira praça, inicia-se sem interrupção a **2ª Praça** que se encerrará no dia **04 (quatro) de setembro de 2019, às 14:30 horas**, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizada. Pelo presente edital ficam intimadas as partes das designações supra, na hipótese de não serem localizados para intimação pessoal.

IMÓVEL: Um terreno designado como sendo parte do lote nº 17 da quadra j com a área de 144,335 metros quadrados, localizado à Rua Victória Natal Gastaldo, antiga rua 1167, no Jardim Palermo, assim descrito: mede 5,07 metros em curva de concordância da quadra, de frente para a referida rua, tendo 6,51 metros de largura na linha dos fundos, onde confronta com os lotes nºs 34 e 35, da frente aos fundos, do lado direito, de quem da rua olha para o lote, mede 25,00 metros, onde confronta com o remanescente do lote, do lado esquerdo, segundo a mesma orientação mede 25,00 metros, e confronta com o lote nº 16, fechando o perímetro e encerrando a área de 144,335 metros quadrados. Trata-se de um sobrado situado a Rua Victorio Natal Gastaldo, 176 - Jd. Palermo, São Bernardo do Campo, com área construída de 192,65m², composto por três dormitórios, sendo um do tipo suíte, sacada, closet, sala para dois ambientes, lavabo, cozinha, banheiro social, área de serviço, quintal de fundos e garagem cobrir para quatro autos, portão de ferro. Matrícula n.º 64.507 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Bernardo. Cadastrado pela Prefeitura Municipal sob n.º 033.088.085.000.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem descrito atualizada para junho/2019 é de R\$ 523.904,67 (quinhentos e vinte e três mil e novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos).

ÔNUS DO IMÓVEL: **AV. 06** - Consta Ação de Cumprimento de Sentença, processo 0024115-24.2018.8.26.0562, movida por Ruchdi Abdul Latif Bou Abbas contra Danilo Batista Ferreira em trâmite na 4ª Vara Cível de Santos/SP; **AV. 07** - O imóvel dessa matrícula foi penhorado nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, processo 0024115-24.2018.8.26.0562, movida por Ruchdi Abdul Latif Bou Abbas contra Danilo Batista Ferreira em trâmite na 4ª Vara Cível de Santos/SP.

DAS CONDIÇÕES: As praças serão realizadas exclusivamente por MEIO ELETRONICO, através do *website*, pelo qual serão captados os lances. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para poderem participar das praças eletrônicas, fornecendo os dados e informações solicitadas. O imóvel será vendido em caráter "*ad corpus*", ou seja, por inteiro, sendo que as áreas mencionadas são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do imóvel e a realidade existente. O arrematante adquire o imóvel no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Com isso declara que tem pleno conhecimento de suas instalações, nada tendo a reclamar quanto a eventual vício, ainda que oculto, ou defeito decorrente de uso, a qualquer título e a qualquer tempo, assumindo a responsabilidade pela eventual regularização que se fizer necessária. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação do imóvel e efetiva imissão na posse correrão por conta do arrematante.

DO PAGAMENTO DO LANCE: O pagamento do lance vencedor será à vista, cabendo ao arrematante efetuar o pagamento do preço no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da

alienação judicial eletrônica, por meio de depósito judicial a ser efetivado em favor do Juízo expropriatório, sob pena de desfazimento da arrematação. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do artigo 895 do Código de Processo Civil, poderá apresentar: (I) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado.

DA COMISSÃO DEVIDA AO GESTOR JUDICIAL: A comissão do gestor judicial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação e correrá por conta do arrematante ou adjudicante. O pagamento da comissão devida ao gestor judicial deverá ser realizado no prazo improrrogável de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento da alienação judicial eletrônica condicional, por meio de boleto bancário do gestor judicial, sob pena de desfazimento da arrematação. Decorridos o prazo sem que o adquirente tenha realizado o pagamento do lance ou da comissão do gestor, tal informação será encaminhada ao MM Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Não sendo efetuado pelo adquirente o depósito da oferta ou a comissão do gestor judicial, os lances imediatamente anteriores serão submetidos à apreciação do MM Juízo.

DÉBITOS DESTA AÇÃO: Os débitos totalizam o valor de **R\$ 41.818,80 (quarenta e um mil e oitocentos e dezoito reais e oitenta centavos)** atualizados até **junho/2019**.

DÉBITOS DO IMÓVEL: Constatam débitos relativos à IPTU, cujo número de lançamento na Prefeitura Municipal de Santos é **033.088.085.000** de R\$ 61.813,97 (sessenta e um mil e oitocentos e treze reais e noventa e sete centavos) até junho/2019.

Nos termos do § Único do art. 130 do CTN, os débitos tributários de caráter *propter rem* a incidirem sobre o imóvel ficarão sub-rogados sobre o preço da arrematação. Os débitos anteriores à arrematação ficarão sub-rogados no preço pago pelo Arrematante. O arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua imissão na posse. A Arrematação constitui ato originário da aquisição da propriedade. Nos casos de bem indivisível, em que houver a figura de coproprietário, será observado o disposto no artigo 843 e seus parágrafos do Código de Processo Civil.

Dos autos não constam causas ou recursos pendentes de julgamento.

Outras informações podem ser obtidas no *website*: www.alienajud.com.br, ou, ainda, solicitadas por e-mail encaminhado para contato@alienajud.com.br ou pelos telefones (13) 3224-3694 ou 3221-8692, ou pessoalmente no escritório do gestor judicial, situado na Rua Alexandre Herculano, nº 197, Conjunto 1704, em Santos/SP. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Santos, ____ de _____ de 2019. Eu, _____, Escrivã (o) Diretor(a), subscrevi

Dr. Frederico dos Santos Messias
Juiz de Direito